



CÂMARA MUNICIPAL

<b>Registo n.º</b> _____	
<b>Data</b> ____/____/____	
<b>O Funcionário</b>	
_____	

CANDIDATURA IFFRU 2020

**REABILITAÇÃO URBANA – PARECER VINCULATIVO DO MUNICÍPIO**

**IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO**

Designação da operação: \_\_\_\_\_

Nome/Designação Promotor: \_\_\_\_\_

Domicílio/Sede: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_/\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Código da certidão comercial permanente: \_\_\_\_\_

Nº de Identificação Fiscal Promotor: \_\_\_\_\_ Telefone/Telemóvel: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Apresentante, na qualidade de:  \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DA OPERAÇÃO:**

Morada: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_/\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Indicação do nº de matriz predial: \_\_\_\_\_

Nº processo camarário relativo a pedido de licença, a comunicação prévia ou ao pedido de informação prévia (PIP) \_\_\_\_\_

Solicita-se: <input type="checkbox"/> Parecer camarário para efeitos de candidatura ao IFFRU 2020
--

Cascais, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Pede deferimento

O Requerente

## **DOCUMENTOS A ANEXAR:**

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação
- Estimativa do custo total da obra
- Descrição dos trabalhos/Caderno de encargos
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos
- Fotografias do imóvel
- Cópia da Caderneta Predial
- Licença de utilização
- Planta de localização do imóvel Esc. 1/1000
- Outros elementos a exigir na instrução dos pedidos de licença, de apresentação de comunicação prévia ou do pedido de informação prévia (PIP), tendo em conta o projeto e o tipo de controlo prévio associado (licenciamento municipal ou comunicação prévia), conforme o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril, a qual estabelece os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE)
- No caso de isenção de controlo prévio, declaração de confirmação subscrita por técnico qualificado para o efeito